

SOBRE A LEITURA RICARDIANA DE MARX

Reinaldo A. Carcanholo*
Olvio A. Teixeira**

I

Marx é praticamente um desconhecido entre os economistas, em particular no Brasil. Se, para muitos, essa afirmação não parece corresponder à verdade é porque não percebem que a teoria econômica "marxista", quando estudada, na maior parte das vezes aparece "filtrada" por uma leitura ricardiana.

Estamos convencidos de que, entendida corretamente, a teoria marxista do valor é o núcleo central da teoria econômica desse autor. A teoria do capital e da mais-valia, a acumulação, a circulação, a rotação e a reprodução do capital, a distribuição da mais-valia entre lucro do capital produtivo, lucro comercial e juros e, finalmente, a teoria da renda fundiária — temas contidos em **O Capital** — são aspectos necessários do que para Marx é a teoria do valor. É por isso que o debate sobre ela é, na verdade, a discussão sobre toda a teoria econômica marxista. Assim, não há, de nossa parte redução da teoria de Marx à teoria do valor; ao contrário, o que há é uma redução da teoria do valor por parte de seus intérpretes ou críticos, que não conseguem visualizá-la em toda sua integridade.

No Brasil, na última década, a teoria do valor de Marx efetivamente se incorporou ao debate acadêmico e às salas de aula das universidades. Marx passou a se fazer presente nas discussões sobre teoria econômica, mas — na nossa opinião — distorcido em seu verdadeiro conteúdo, modificado pela postura e pela ótica ricardianas. O que alguns, no Brasil e também em outras partes, chamam de neomarxismo (ou até, muitas vezes, de marxismo propriamente dito) no campo da teoria econômica não é mais do que um ricardianismo de esquerda, profundamente influenciado pelo trabalho de Sraffa e pelas perspectivas teóricas delimitadas por uma postura reformista.

Essa postura, quando efetivamente transmitida no ensino de Economia, em especial no nível de graduação, implica — sem que haja necessariamente intenção de que assim seja — uma violação do princípio do pluralismo teórico e metodológico, hoje amplamente aceito no Brasil, nesse nível de ensino, e base fundamental do seu "currículo mínimo". Apesar de tudo, há de fato um avanço: antes, o pensamento marxista — e

* Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

** Professor do Departamento de Economia e Finanças da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Campina Grande.

também o clássico — era "filtrado" pela ideologia neoclássica, liberal, sendo completamente fragmentado e distorcido em seu conteúdo; hoje, é transmitido depois de passar pelo "filtro" ricardiano, reformista. De outro lado — é preciso reconhecer —, há um retrocesso, na medida em que as deformações da interpretação neoclássica sobre o pensamento de Marx eram facilmente entendidas; hoje, as deformações induzidas pela visão ricardiana são muito menos perceptíveis.

Na verdade, atualmente, na grande maioria dos cursos de graduação em economia, ao longo do País, o que se estuda é uma leitura ricardiana do pensamento econômico de Marx e, em particular, uma interpretação ricardiana da teoria marxista do valor. Por certo, esse viés também ocorre com relação a Smith. Nesse caso e sinteticamente, a postura ricardiana situa esse autor como grande pensador na história das idéias econômicas, que teve capacidade de formular adequadamente as questões teóricas centrais dessa ciência, mas, lamentavelmente, não conseguiu dar respostas satisfatórias às mesmas.

Em que consiste a leitura ricardiana da teoria do valor (e portanto da teoria econômica) de Marx é a questão que passamos a discutir a seguir, mas, para isso, será indispensável — ainda que brevemente — considerar alguns aspectos do pensamento de Ricardo.

II

São os seguintes os aspectos indispensáveis, da teoria de Ricardo, segundo nossa opinião, para entender a leitura que os autores de orientação ricardiana fazem de Marx: a particular forma como Ricardo concebe as categorias de riqueza, excedente e valor; a relação que existe entre os conceitos de valor e riqueza e o papel do trabalho na teoria ricardiana do valor.

Se comparado com o de Smith, o conceito de riqueza em Ricardo é muito elementar, quase ingênuo. Para aquele, como sabemos, a riqueza na sociedade em que a divisão social do trabalho se encontra avançada consiste numa relação social de domínio: a propriedade de determinada mercadoria confere a seu titular, se o seu objetivo é a troca, a capacidade de comprar determinada quantidade de trabalho alheio. É justamente essa quantidade que mede a magnitude de riqueza (ou valor) representada por aquela mercadoria (Smith, 1981, p.18).¹

Ao contrário de Smith, se observarmos o capítulo XX dos **Princípios** de Ricardo (1982, p.189-195), veremos que a compreensão que ele tem de riqueza é diretamente extraída do pensamento corrente. Para ele, a riqueza é concebida fisicamente; está constituída, na verdade, pelo conjunto heterogêneo de bens úteis. Daí se deriva o fato de que o excedente ricardiano é material, físico e heterogêneo e, evidentemente, por isso, está muito distante da idéia de exploração ou mais-valia que aparece em Marx.²

¹ Para uma melhor compreensão do conceito de riqueza em Smith, ver também Carcanholo (1991, p.193).

² Embora o conceito de "dedução" de Smith também não possa ser pensado como similar ao de exploração de Marx, uma vez que supõe que todo o trabalho é pago, está muito mais próximo.

Da interpretação sraffiana de Ricardo (Sraffa, 1985; 1976), que nos parece adequada, deduz-se diretamente que o excedente, ou sua produção, é atributo da tecnologia e nenhuma relação tem com o trabalho ou com qualquer qualidade dele. Se observarmos o esquema dos preços de reprodução de Sraffa (1976), perceberemos facilmente que o tamanho do excedente depende exclusivamente dos coeficientes técnicos, e a exclusão do salário (ou pelo menos de parte dele) do lado esquerdo das equações e sua conversão em parte a ser disputada do excedente só contribuem para essa idéia. Poderia parecer que essa exclusão do trabalho como determinante do excedente violentaria a teoria ricardiana, mas diremos posteriormente que o papel do trabalho nessa teoria é realmente muito pouco significativo.

Assim, se a interpretação correta sobre Ricardo mostra que, para ele, riqueza é um conjunto heterogêneo de bens, valor e riqueza devem necessariamente ser conceitos opostos. Ele mesmo indica isso no início do capítulo XX dos **Princípios**: "Portanto, o valor difere essencialmente da riqueza porque o valor depende não da abundância, mas da facilidade ou dificuldade de produção" (Ricardo, 1982, p.189).

Em Ricardo, o conceito de valor está direta e imediatamente associado ao de preço relativo ou, na terminologia marxista estrita, de valor de troca.³ O valor de qualquer mercadoria, na perspectiva ricardiana, é a quantidade de qualquer outra que se troca por ela no mercado. Assim a teoria do valor é concebida simplesmente como uma teoria da determinação da magnitude ou grandeza dos preços relativos.

E o trabalho? Qual o *status* teórico do conceito de trabalho na teoria do valor de Ricardo? Para ele — em última instância —, trabalho aparece como um "simples" fator, entre outros, de determinação dos preços relativos. Os demais fatores seriam a composição do capital (a proporção entre capital fixo e circulante), a durabilidade do capital fixo e o que Sraffa chama de durabilidade do capital circulante (Sraffa, 1985, p.21-22). Nesse sentido, é interessante o texto de Stigler (1979)⁴, denominado com certa ironia **Ricardo e a Teoria do Valor 93% Trabalho**, que, mesmo apresentando uma visão neoclássica, expõe os limites da teoria do "valor-trabalho" de Ricardo.⁵

³ Mesmo quando Ricardo (1978) se preocupa com o conceito de valor absoluto, refere-se ao valor de troca em relação à mercadoria padrão. Ver a discussão dessa questão também em Cartelier (1981).

⁴ Esse texto apareceu pela primeira vez em inglês, como artigo, na **The American Economic Review**, v.48, de junho de 1958.

⁵ O autor pergunta-se:

"Tinha Ricardo uma teoria do valor-trabalho? Acreditava que os valores relativos dos produtos estão regidos exclusivamente por quantidades relativas de trabalho necessárias para produzi-los? Um considerável número de historiadores da economia deram uma categórica resposta afirmativa a essa pergunta; uma quantidade surpreendentemente grande, se considerarmos o fato de que não há a menor base para tal resposta" (Stigler, 1965, p.195 — tradução nossa).

Além disso, esse autor continua afirmando:

"Não posso encontrar sustentação para a crença de que Ricardo tinha uma teoria analítica do valor-trabalho, pois as quantidades de trabalho não são os únicos determinantes dos valores relativos. (...) Por outro lado, não há dúvida de que sustentou o que se pode chamar de uma teoria empírica do valor-trabalho, ou seja, uma teoria segundo a qual as quantidades relativas de trabalho necessárias à produção determinam predominantemente os valores relativos" (Stigler, 1965, p.197-198 — tradução nossa).

Em algumas versões da teoria ricardiana do valor, posteriores a Ricardo, o trabalho desaparece de maneira completa como determinante dos valores de troca. Em Sraffa, por exemplo, os preços relativos de reprodução determinam-se a partir de uma matriz de coeficientes técnicos de produção, de uma norma de distribuição e da condição suposta de reprodução do sistema, sem que haja qualquer referência direta à participação do trabalho. A quantidade deste necessária à produção de uma determinada mercadoria define unicamente a quantidade de certos insumos necessários àquela (esses insumos são os bens de consumo dos trabalhadores). Em outras palavras, o volume ou quantidade de trabalho contido define apenas alguns dos coeficientes técnicos.⁶

III

Essas características da concepção de Ricardo e de alguns de seus seguidores, sem dúvida nenhuma, determinam o perfil da interpretação ricardiana sobre a teoria marxista do valor que, nos dias de hoje, é muito generalizada. Em geral — quando não identifica de maneira imediata valor com valor de troca — ela sustenta que, em Marx, a teoria do valor é simplesmente uma teoria dos preços relativos. Procuramos demonstrar que, dentro dos marcos de sua concepção, não teria capacidade de entendê-la de maneira diferente. Ou seja, sua postura diante da obra de Marx não lhe permite mais do que essa visão.

Assim, para os ricardianos, o valor e sua determinação quantitativa pelo volume de trabalho contido apareceria então — da mesma forma que preliminarmente em Ricardo — como uma norma de intercâmbio. Marx teria, portanto, definido a "lei do valor", segundo a qual as mercadorias seriam trocadas segundo as diferentes proporções dos trabalhos nelas contidos.

Dessa forma, se o valor é definido como norma de intercâmbio e se, em Marx, a mais-valia é um conceito diretamente derivado do valor, ela só teria sentido e seria logicamente compreensível enquanto o valor determinasse realmente as proporções de troca no mercado, pelo menos aquelas de equilíbrio. Evidentemente, não é isso o que acontece; em Marx, no capitalismo e tendo em conta o princípio da uniformidade da taxa de lucro, a existência de diferentes composições orgânicas e tempos de rotação dos capitais determina que a norma de intercâmbio não seja a grandeza dos valores das mercadorias, mas a magnitude de seus preços de produção. Dessa maneira, a conclusão ricardiana poderia ser, sinteticamente e sem subterfúgios, expressa da seguinte maneira: o valor não é, na verdade, norma de intercâmbio e, portanto, a mais-valia não é teoricamente consistente.

Obviamente, nem todas as versões críticas da teoria do valor de Marx, inspiradas na perspectiva ricardiana, são tão explícitas e diretas como procuramos mostrar. Muitas vezes, elas se limitam a discutir a problemática da transformação dos valores em preços de produção, indicando como aspectos inaceitáveis, por exemplo, o fato de que são diferentes a taxa de lucro medida em valor e aquela medida em preço de produção e/ou de que não é possível chegar formalmente à necessária igualdade entre o valor da mais-valia total e o preço de produção do lucro total.⁷ De qualquer forma, podemos sustentar que também essas interpretações têm sua base teórica em Ricardo e os mesmos pontos de partida que indicamos anteriormente.

⁶ Essa perspectiva é ainda mais clara e definitiva em Dmitriev (1977).

⁷ Essas são questões que aparecem em Steedman (1977), por exemplo.

A leitura ricardiana da teoria do valor de Marx tem a propriedade de transformá-la em algo metafísico, como, por exemplo, em Napoleoni (1979), ou simplesmente de levá-la a uma esterilidade total e completa. Permite até, a alguns, adotar como válidas muitas das análises e conclusões de *O Capital* e considerar como equívoco o tratamento que foi dado à problemática do valor, como se fosse possível separar as duas partes e fazê-las independentes.

Na verdade, a teoria do valor de Marx está muito distante daquilo em que foi transformada pela interpretação ricardiana. Superar sua esterilidade supõe previamente destruir todos os elementos ricardianos que hoje se encontram no seu interior. O próprio Mandel — embora não se dedique particularmente ao tema e, por isso, não o tenha estudado de maneira adequada — é consciente dos perigos de uma interpretação deformadora:

"Na última década [refere-se provavelmente à década dos 60], o renascimento da teoria econômica marxista coincidiu com uma ofensiva neo-ricardiana contra o marginalismo 'neoclássico', conduzido pela chamada Escola de Cambridge, inspirada por Piero Sraffa. Embora deva ser saudada qualquer reabilitação da teoria do valor trabalho, ainda que numa versão pré-marxista, de nossa parte permanecemos convencidos de que nenhuma síntese real é possível entre o neo-ricardianismo e o marxismo. Os marxistas contemporâneos têm o dever de sustentar todos os progressos decisivos conseguidos por Marx frente a Ricardo e que os teóricos neo-ricardianos estão agora procurando anular" (Mandel, 1982, p.6).⁸

IV

Sendo assim, em que consiste propriamente a teoria marxista do valor? Ela é — antes de mais nada — uma teoria da natureza da riqueza na época capitalista. O valor não é nem preço relativo (ou valor de troca) nem norma de intercâmbio mercantil ou capitalista. Ele é, inicialmente, a expressão, em cada produto econômico, das particulares relações sociais de produção nas sociedades onde domina a forma capitalista de produzir. Dessa maneira, o valor é a forma social e histórica da riqueza nesse tipo de sociedade. A teoria do valor em Marx não é uma teoria dos preços relativos; seu objeto é o estudo do desenvolvimento da forma da riqueza capitalista: da produção, da apropriação (ou distribuição entre as classes, entre frações de classe, entre ramos da economia, etc.) e da sua transferência.

⁸ Apesar de revelar nessa passagem não perceber todas as limitações da teoria ricardiana do valor — em particular, o papel absolutamente secundário reservado ao trabalho, mero fator, entre outros, de determinação dos valores de troca de equilíbrio —, o que impede pensá-la, propriamente, como teoria do valor-trabalho, Mandel mostra sua compreensão sobre os perigos de uma versão eclética, ricardiana, da teoria do valor de Marx.

Na verdade, para Marx, a riqueza capitalista aparece como um conceito duplamente determinado.⁹ Ela é, simultânea e independentemente da intenção do seu possuidor, valor de uso e valor. Está constituída pelo conjunto de bens que podem, direta ou indiretamente, satisfazer necessidades humanas, mas, ao mesmo tempo, expressa uma relação social de domínio. A mercadoria é a célula elementar da riqueza capitalista e define-se por uma unidade dialética entre dois pólos: o conteúdo material constituído pelo valor de uso e a forma social e histórica que é o valor.¹⁰ O valor é, assim, uma relação social expressa nos produtos do trabalho.

Do ponto de vista da dialética, a categoria mercadoria, como qualquer outra, encontra-se em permanente desenvolvimento, e é justamente esse processo de desenvolvimento que é estudado por Marx ao longo de todo *O Capital* e não só em seu primeiro capítulo.

O desenvolvimento da mercadoria, visto de outro ponto de vista, é o mesmo processo de desenvolvimento das relações mercantis, da sociedade mercantil e capitalista. Esse desenvolvimento consiste no processo através do qual se modifica a contradição entre valor de uso e valor, alcançando-se um momento em que se altera o pólo dominante dessa unidade contraditória. Desde a gênese das relações mercantis até o momento imediatamente anterior ao surgimento do equivalente geral convertido em dinheiro, o pólo dominante da unidade contraditória denominada mercadoria esteve constituído pelo valor de uso, que é seu conteúdo material; a partir do surgimento do dinheiro — entendido este como o equivalente geral estável e permanente —, o papel de pólo dominante é conquistado pelo valor. Inaugura-se, assim, a época do domínio da lógica do valor dentro da sociedade, que se coroará, num nível mais elevado, com o posterior nascimento do capitalismo, onde o domínio absoluto e cada vez mais completo é exercido pelo valor, pela lógica da valorização. Desse modo, na sociedade capitalista, mais do que em épocas anteriores, a lógica social dos agentes não é a satisfação das suas necessidades, muito menos a dos outros, mas o lucro, a valorização, a acumulação.

O surgimento do capitalismo significou uma sensível modificação da mercadoria e, especificamente, do valor que, como dissemos, consistia numa característica ou propriedade social dos produtos do trabalho, das mercadorias. Quando do aparecimento do capitalismo e, portanto, da conversão do valor em valor-capital (ou simplesmente capital), embora este (o valor) continue sendo uma propriedade das mercadorias, conquista a posição de categoria autônoma, com vida própria: é a substantivação do valor.¹¹ É justamente no ciclo

⁹ Também, de certa maneira, para Smith. Por um lado, ele diz que a riqueza está constituída pelo conjunto de bens materiais que servem para a satisfação das necessidades pessoais do possuidor, desde que eles tenham diretamente como fim o consumo. Daí a importância da divisão do trabalho sobre a produtividade e o crescimento da riqueza. Por outro lado, quando o destino dos bens é o mercado, a riqueza representada por eles é a capacidade de domínio sobre o trabalho alheio que esses bens conferem aos seus possuidores, via troca dos mesmos. Portanto, para Smith, a riqueza é uma ou outra coisa, valor de uso ou valor, dependendo da intenção do possuidor.

¹⁰ Da mesma forma que o valor, o trabalho, no capitalismo, também tem um duplo caráter e reflete o processo técnico-material da produção, de um lado, e a sua forma social, de outro.

¹¹ Para um tratamento mais amplo sobre o processo de substantivação do valor, ver Carcanholo (1988, p.24).

do capital que o valor conquista a posição de agente autônomo e capaz de determinar a lógica social; deixa de ser mero adjetivo das coisas e transforma-se em ser substantivo, capaz de organizar e conduzir a atividade econômica.

Esse processo denominado substantivação do valor, tratado por Marx especialmente no segundo livro de **O Capital**, não conhecido por seus críticos e ausente nos manuais, é absolutamente despercebido pela leitura ricardiana e até mesmo incompreensível para ela. De qualquer forma, o mínimo que se pode dizer é que a categoria valor, entendida dessa maneira, se distancia muito da interpretação deformadora que confunde valor com valor de troca ou a entende como norma de intercâmbio.

Assim, o desenvolvimento mercantil é um processo através do qual, partindo da sua gênese com a chamada forma simples, o valor impõe cada vez mais seu domínio sobre o valor de uso e chega a converter-se em pólo dominante. Essa dominação culmina com a substantivação, mas continua o processo de desenvolvimento mercantil — agora capitalista — e prossegue cada vez mais intensa a dominação do valor sobre o valor de uso, da forma sobre o conteúdo da riqueza.

A concepção dialética de Marx permite, então, entender que, sendo a riqueza mercantil unidade de valor de uso e valor, ela se torna, com o desenvolvimento, cada vez mais valor e cada vez menos valor de uso. No capitalismo, a dialética permite entender que o valor chega a ser a própria natureza da riqueza, embora o valor de uso continue existindo (não pode desaparecer) como aspecto subordinado. É por isso que, em Marx, riqueza capitalista e valor podem ser usados como sinônimo o que, para Ricardo, seria um absurdo (Ricardo, 1982, p.189-195).

Dessa forma, se o valor é a própria natureza da riqueza na época capitalista, a dimensão quantitativa dele será a magnitude desta. A grandeza do valor, determinada pela quantidade de trabalho socialmente necessário contido em uma mercadoria, mede-se (embora de maneira não totalmente adequada) pelo tempo desse trabalho¹². A magnitude da riqueza produzida e representada nessa mercadoria identifica-se com a magnitude de seu valor e, obviamente, mede-se pelo tempo de trabalho referido. Essa magnitude — e isso é importantíssimo, pois de outra forma a teoria do valor de Marx não é compreensível — não depende do preço a que foi ou será vendida essa mercadoria.

Entendamos os elementos básicos da relação entre valor e preço tal como aparecem na teoria de Marx.

Inicialmente, é indispensável compreender o conceito de "preço de mercado correspondente à magnitude do valor" ou simplesmente "preço correspondente ao valor". Se a proporção de troca entre duas mercadorias, no mercado e intermediadas pelo dinheiro, é a mesma proporção que existe entre as magnitudes de seus respectivos valores, dizemos que há uma correspondência entre preço e valor. Se o mesmo ocorre com todas as mercadorias do mercado, na relação com todas as demais, diremos que há uma completa correspondência entre preços e valores. O preço correspondente ao valor seria aquele que deveria necessariamente existir para que o valor fosse, no mercado, norma de intercâmbio. Mas isso só existe na leitura ricardiana, deformadora da teoria marxista do valor.

¹² Há uma certa inadequação do tempo de trabalho para medir a magnitude do valor devido ao conceito de intensidade do trabalho. Sobre essa questão, ver Marx (1982, p.466 e seguintes).

A completa correspondência entre preço e valor — e só ela — garantiria que, no mercado, todos os produtores se apropriariam de uma magnitude de valor igual à que entregaram. O mercado, nesse caso, não redistribuiria a riqueza preexistente nas mãos dos possuidores de mercadorias. Quando qualquer produtor vende sua mercadoria e compra outra, em condições de correspondência entre preços e valores, a magnitude de riqueza que ele apropria sob a forma de mercadoria comprada ou adquirida é exatamente igual àquela que ele produziu sob a forma da mercadoria que vendeu. A correspondência do preço ao valor, fato circunstancial, garante a identidade entre "produção" e "apropriação" de riqueza (valor); nesse caso, a "transferência" de valor pelo mercado é igual a zero.

Que implicações tem o fato de, em determinadas circunstâncias, ser o preço de mercado de uma determinada mercadoria superior (ou inferior) àquela correspondente ao seu valor? A única consequência é permitir ao produtor uma apropriação, no mercado, de magnitude de valor maior (ou menor) que a produzida e que está contida em sua mercadoria. Nesse caso, a transferência de valor é diferente de zero.

Assim, em termos do cômputo da magnitude do valor produzido, em nada influencia o preço que a mercadoria tenha recebido no mercado, pois seu valor independe completamente desse preço. Ele somente vai interessar na medida em que a preocupação seja a apropriação de valor e não sua produção. Essa distinção clara entre produção e apropriação de valor ou produção e apropriação da riqueza capitalista é exclusiva da teoria marxista do valor. A leitura ricardiana não é capaz de entendê-la; em Ricardo, há praticamente identidade total entre ambas.

Portanto, para Marx, não há nenhuma "lei do valor" — pelo menos no sentido que encontramos nos manuais de economia e da maneira em que aparece em leituras ricardianas — como definidora das proporções das trocas das mercadorias, de seus preços relativos, ou, ainda, de seus preços monetários de mercado. A teoria do valor de Marx, na verdade e antes de tudo, é uma teoria da riqueza, especialmente do período capitalista da evolução da sociedade e, logo, não apenas do século XIX. É óbvio que os valores de troca não podem distanciar-se completamente da magnitude dos valores, ou, em outras palavras, a apropriação não é independente da produção, sob pena de destruir os produtores (capitalistas ou não) ou uma parcela deles. Mas isso é tema para a teoria da apropriação, parte integrante, mas não única, nem a primeira (por lógica de exposição), da teoria do valor.

A teoria da apropriação é tratada especificamente por Marx em *O Capital*, em dois lugares.¹³ Em primeiro lugar, ainda no primeiro livro, é estudada a distribuição do valor produzido entre as classes fundamentais da economia capitalista: a burguesia e o proletariado. Isso ocorre nos capítulos dedicados ao conceito de mais-valia, mais-valia absoluta e relativa, salário e suas formas, e — de certa forma — o assunto também é discutido nos capítulos sobre acumulação. Num segundo momento, a problemática da apropriação, no que se refere às diferentes frações da burguesia, é discutida ao longo do terceiro livro, onde aparecem as seguintes questões: preços de produção, lucro

¹³ Destaque-se que a teoria da apropriação não trata somente de aspectos quantitativos, mas também do que Marx chama, conforme a tradução, "alheamento", "alienação" ou "mistificação" (Marx, 1982a, p.52, 189-193).

produtivo, lucro comercial, juros, renda da terra, etc. Além disso, ela também é discutida de maneira circunstancial no Capítulo 10 do Livro I, quando se trata da mais-valia extraordinária, assunto que se refere à diferente apropriação de valor e — conseqüentemente — à transferência entre produtores do mesmo ramo ou setor.

O tema preços de produção é apresentado por Marx no Livro III, iniciando a problemática da distribuição (da apropriação) da mais-valia dentro da burguesia, entre suas diferentes frações. Engana-se a leitura ricardiana ao pensar que, com esse tema, Marx está preocupado diretamente em construir uma teoria dos preços ou dos preços relativos. Em Ricardo, a determinação dos preços relativos é fundamental para determinar quantitativamente a taxa de lucro. Para Marx não, a taxa de lucro fica determinada no nível do valor. O fato de que, uma vez determinados os preços de produção de maneira completa, possa ser determinada uma magnitude diferente para a taxa de lucro (agora em preços de produção)¹⁴ nada significa para Marx, senão uma natural divergência entre a essência e sua manifestação fenomênica.¹⁵ É necessário destacar ainda que a determinação dos preços de mercado, dos preços relativos e também a dos preços de produção nada têm a ver com distribuição do valor entre a burguesia e o proletariado, uma vez que a magnitude da mais-valia fica definida exclusivamente pela magnitude dos valores.

É verdade que podemos entender os preços de produção como ponto de partida para a construção de uma teoria dos preços, da determinação de suas magnitudes, dentro da perspectiva de Marx. No entanto é indispensável compreender, o que não é fácil dentro de uma perspectiva ricardiana, que os preços de produção não são preços relativos de equilíbrio ou de reprodução, nem preços monetários de mercado. O preço de produção, ao lado do valor, é, rigorosamente, uma segunda dimensão social da mercadoria; consiste na magnitude apropriável de valor (na forma de uma mercadoria produzida por capital com composição orgânica e de rotação de capital médias) em condições de uniformidade da taxa de lucro. Assim, a unidade de medida dessa dimensão da mercadoria chamada preço de produção é a hora de trabalho. A relação que pode haver entre ele e o valor de troca, o preço, ou o preço relativo é o de "correspondência", da mesma maneira que entre valor e preço, já referida.

A leitura ricardiana transforma o conceito de preço de produção em algo idêntico a preço relativo de equilíbrio ou de reprodução e lhe atribui o dinheiro (ou qualquer mercadoria que funcione como tal) como unidade de medida de sua magnitude; transforma o preço de produção em simples valor de troca, ainda que de equilíbrio. Dessa maneira, o trabalho converter-se-ia simplesmente em fator determinante (entre outros) dos preços relativos, e a teoria do valor de Marx ficaria submetida às mesmas dificuldades e limitações que suportou dentro da obra de Ricardo.

Em resumo e para concluir, podemos dizer que a teoria do valor de Marx é uma teoria da produção, apropriação e transferência da riqueza e não uma teoria dos preços no capitalismo, embora esta possa ser construída e integrada àquela, como uma de suas

¹⁴ A constatação de Steedman (1977) é óbvia; suas ingênuas conclusões devem-se à sua leitura ricardiana.

¹⁵ Com isso não se quer dizer que a aparência não seja relevante para Marx. Ao contrário, ela é aspecto necessário da realidade, e sobre isso não há dúvida.

partes. Em **O Capital**, Marx estuda teoricamente o processo de desenvolvimento do valor desde a sua gênese até sua forma mais avançada: o capital. Assim, o estudo das leis que governam o movimento e o desenvolvimento do capital — tema presente ao longo de toda essa obra — é o estudo do valor na sua manifestação mais desenvolvida. Entendido assim, o tratamento da teoria do valor de Marx não se limita ao capítulo da mercadoria (primeiro do Livro I) e aos referentes aos preços de produção; ela se encontra ao longo de todo **O Capital** e, dessa maneira, ela é núcleo e conteúdo de toda a teoria econômica marxista sobre o capitalismo.

Bibliografia

- CARCANHOLO, R. A (1988). Crítica a idéia do valor fugaz: a propósito do valor da força de trabalho. **Revista Raízes**, Campina Grande: UFPB, n.6, p.19-32, mar.
- CARTELIER, J. (1981). **Excedente y reproducción (la formación de la economía política clásica)**. México: Fondo de Cultura Económica.
- DMITRIEV, V. K. (1977). **Ensayos económicos sobre el valor, la competencia y la utilidad**. México: Siglo XXI.
- MANDEL, E. (1982). **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural.
- MARX, K. (1982). **O capital**. 7.ed. Rio de Janeiro: Difel. Liv. 1, v.2.
- MARX, K. (1982a). **O capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Liv. 3, v.1, 2, 3.
- NAPOLIONI, C. (1979). El enigma del valor. In: GAREGNANI, P. et al. **Debate sobre la teoría marxista del valor**. México: Siglo XXI. (Cuadernos de Pasado y Presente, 82).
- RICARDO, D. (1982). **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Abril Cultural.
- RICARDO, D. (1978). Valor absoluto e valor de troca. In: NAPOLEONI, C. **Smith, Ricardo e Marx**. Rio de Janeiro: Graal.
- SMITH, A. (1981). **A riqueza das nações**. São Paulo: Hemus.
- SRAFFA, P. (1985). Introdução. In: Ricardo, D. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Abril Cultural.
- SRAFFA, P. (1976). **Produção de mercadorias por meio de mercadorias**. São Paulo: Abril Cultural.
- STEEDMAN, I. (1977). **Marx after Sraffa**. Londres: NLB.
- STIGLER, G. J. (1979). **História del pensamiento económico**. Buenos Aires: El Ateneo.

Abstract

The way Marxist's value theory, as the central piece of a specific economic theory, is today being studied, through a ricardian reading, transforms it into something metaphysical and unfruitful. The purpose of this paper is to show the deformities introduced by such an interpretation. In fact, for Marx, the value theory is much more than a simple theory of the determination of relative prices, and this passes almost unnoticed nowadays.